

# REFLEXÕES SOBRE UMA PRÁXIS EM PSICOLOGIA SOCIAL COM TRABALHADORAS TERCEIRIZADAS DE UMA UNIVERSI- DADE PÚBLICA

Reflexiones sobre una práctica de psicología social con trabajadoras  
subcontratadas en una universidad pública

Reflections on a practice in social psychology with  
outsourced workers at a public university

## RESUMO:

*O presente artigo resultou de uma práxis comunitária desenvolvida em 2023 junto a profissionais da área de serviços gerais atuantes na Universidade Federal do Maranhão, por meio da qual se buscou promover um espaço de escuta junto a essas/es profissionais, de modo a contribuir para o seu empoderamento e fortalecimento de sua identidade profissional, a partir da discussão sobre problemas que afetam o seu cotidiano. A partir da realização de uma roda de conversa foi possível conhecer um pouco acerca das percepções, dores e expectativas dessas/es profissionais, constatando-se aquilo que algumas autoras e alguns autores apontam a partir de seus estudos: situações de invisibilidade, discriminação, falta de reconhecimento e de um consequente sofrimento psíquico nesses trabalhadores, o qual é recorrentemente silenciado e invalidado no contexto laboral, o que requer ações institucionais com vistas ao enfrentamento dessas situações de opressão.*

**Palavras-chave:** *Psicologia Social Comunitária; Escuta; Profissionais de Serviços Gerais; Discriminação, Invisibilidade.*

## RESUMEN:

*Este artículo es el resultado de una práctica comunitaria desarrollada en 2023 con profesionales del área de servicios generales de la Universidad Federal de Maranhão, a través de la cual buscamos promover un espacio de escucha con los profesionales, con el fin de contribuir a su empoderamiento y fortalecimiento de su identidad profesional, basado en la discusión de problemas que afectan su vida diaria. A través de la realización de un círculo de conversación, fue posible comprender las percepciones, dificultades y expectativas de estos profesionales, revelando lo que algunos autores han señalado en sus estudios: situaciones de invisibilidad, discriminación, falta de reconocimiento y el consi-*

### FRANCISCO DAS CHAGAS TORRES DE OLIVEIRA

<https://orcid.org/0000-0003-0326-2340>  
Mestre em Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, graduando em Psicologia pela Universidade Federal do Maranhão, São Luís/MA, Brasil  
E-mail: francisco.torres@ufma.br

### CHEYRLANNGY ROCHA OLIVEIRA

<https://orcid.org/0009-0000-7057-8076>  
Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal do Maranhão, São Luís/MA, Brasil  
E-mail: cr.oliveira@discente.ufma.br

### CLÁUDIA ALINE SOARES MONTEIRO

<https://orcid.org/0000-0003-3690-3837>  
Doutora em Psicologia pela Universidade de Brasília. Professora Associada III do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Maranhão, São Luís/MA, Brasil  
E-mail: cas.monteiro@ufma.br

DOI: 10.5935/2175-1390.v25e25374



Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob os termos da Licença Creative Commons CC BY. Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original.

*guiente malestar psicológico entre estos trabajadores, quienes son silenciadas e invalidadas recurrentemente en el ámbito laboral, lo que requiere acciones institucionales para abordar estas situaciones de opresión.*

**Palabras clave:** *Psicología Social Comunitaria; Escucha; Profesionales de Servicios Generales; Discriminación; Invisibilidad.*

**ABSTRACT:**

*This article resulted from a community practice developed in 2023 with general services professionals working at the Federal University of Maranhão, through which we sought to promote a listening space with these professionals, in order to contribute to their empowerment and strengthening of their professional identity, based on the discussion of problems that affect their daily lives. By performing a conversation circle, it was possible to gain insight into the perceptions, struggles, and expectations of these professionals, demonstrating what some authors have pointed out in their studies: situations of invisibility, discrimination, lack of recognition, and consequent psychological distress among these workers, who are recurrently silenced and invalidated in the workplace, requiring institutional actions to address these situations of oppression.*

**Keywords:** *Community Social Psychology; Listening; General Service Professionals; Discrimination; Invisibility.*

## INTRODUÇÃO

Este artigo constitui o resultado de uma práxis comunitária realizada no primeiro semestre de 2023 no contexto da disciplina “Psicologia Social Comunitária”, doravante chamada de PSC neste texto, do curso de graduação em Psicologia da Universidade Federal do Maranhão, por meio da qual se buscou conhecer a perspectiva de profissionais de serviços gerais, atuantes na referida instituição. A escuta destes foi mediada por uma roda de conversa conduzida pelo primeiro autor e a primeira coautora, estudantes da graduação em psicologia, sob a orientação e supervisão da docente responsável pela referida disciplina, a qual consta como segunda coautora desta produção acadêmica.

A práxis em PSC, em consonância com a concepção de Ignacio Martín-Baró (1942-1989), principal autor da Psicologia da Libertação, requer uma atuação crítica, comprometida e ética em prol da transformação da realidade das maiorias populares, promovendo conscientização, autogestão e desalienação junto àqueles que sofrem histórica e continuamente em função de opressões, injustiças e desigualdades sociais. Nesta perspectiva, para Martín-Baró (1997, p. 17), “o horizonte primordial da psicologia deve ser a conscientização, se está propondo que o *quefazer* do psicólogo busque a desalienação das pessoas e grupos, que as ajude a chegar a um saber crítico sobre si próprias e sobre sua realidade”.

Ancorado nesse entendimento, Cezar Wagner Góis (2008), ao abordar especificamente sobre ações de desenvolvimento comunitário, destaca a atuação da/o psicóloga/o no âmbito de uma comunidade como algo de fundamental importância para que as suas moradoras e os seus moradores/membros se apropriem de sua história. Isso possibilita que elas(es) percebam-se como pessoas socialmente críticas e empoderadas suficientemente para buscar modificar seu projeto de vida ante às situações de dominação e de alienação, de modo a atribuir novos sentidos e direções a sua ação histórica na comunidade.

Nesta perspectiva, objetivou-se com a práxis ora relatada promover um espaço de escuta e compartilhamento de experiências junto aos profissionais de serviços gerais que atuam em um dos prédios da Cidade universitária, no *campus* principal da UFMA (município de São Luís/MA), como forma de discutir sobre problemas que afetam o cotidiano da atuação destas(es) trabalhadoras(as). Desse modo, almejou-se contribuir, em alguma medida, para o seu empoderamento e fortalecimento de sua identidade profissional no contexto de desenvolvimento de suas atividades laborais e das inter-relações que estabelecem com estudantes, docentes, técnicas/os administrativas/os e outras/os trabalhadoras/es. Por outro lado, buscou-se também problematizar acerca do lugar de invisibilidade em que, geralmente, essas/es profissionais são colocadas/os, de modo a oportunizar a reflexão conjunta sobre alternativas para enfrentamento do problema.

Assim, a partir do trabalho desenvolvido, intencionou-se não apenas conhecer melhor o cotidiano e as concepções dessas/es trabalhadoras/es da universidade, mas também oferecer uma presença acolhedora que as/os levasse a se sentirem valorizadas/os e reconhecidas/os pelo importante papel que desenvolvem em prol das condições de trabalho em uma universidade pública federal. Ainda que se reconheça o caráter incipientemente desta ação, supõe-se que ela foi um primeiro passo importante para a implementação de muitas outras iniciativas em prol da melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores da área de serviços gerais. Adicionalmente, é possível que tal ação tenha contribuído para o fortalecimento dos laços sociais estabelecidos por essas(es) profissionais com os demais públicos que fazem parte dessa comunidade maior que a universidade constitui.

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A invisibilidade, a discriminação e o desmerecimento das/os profissionais de serviços gerais enquanto pessoas, bem como do trabalho que prestam à sociedade é um fato que necessita ser problematizado nos espaços de produção de conhecimento, conforme apontam pesquisas realizadas por Priscila Cardoso, Talita Silva e Sofia Zimath (2017) e por Fabrício Maciel (2013). Embora haja na sociedade uma compreensão difusa de que as/os trabalhadoras/es da área de serviços gerais são essenciais para

o funcionamento da estrutura social, mantendo os diversos espaços públicos e institucionais limpos e saudáveis, não raramente eles enfrentam condições precárias de trabalho e falta de reconhecimento pelos seus esforços cotidianos. Isso se soma à constatação feita por Maciel (2013, p. 167) de que as/os profissionais de serviços gerais estão submetidas(os) a “uma formalidade precária, com poucos direitos trabalhistas assegurados e nenhuma garantia de permanência no emprego”, colocando-as/os em situação de vulnerabilidade social.

Essa conjuntura de trabalho precarizado na qual se encontram as/os trabalhadoras/es de serviços gerais é discutida por Ricardo Antunes e Giovanni Alves (2004), quando analisam a reestruturação produtiva do capital, processo por meio do qual ocorreram mudanças substanciais nas formas de produzir do modo capitalista de produção, sobretudo a partir da década de 1970. Dessa reestruturação decorre a flexibilização das relações de trabalho, tendo como resultado a precarização e a desregulamentação dessas relações, com a consequente perda de direitos e aumento dos níveis de desemprego, subemprego e de exploração da classe trabalhadora, que passa a ter que se sujeitar a diferentes modalidades de terceirização. Esta, de acordo com Ricardo Antunes e Luci Praun (2015, p. 423), constitui uma “prática de gestão/organização/controle da força de trabalho que discrimina, ao mesmo tempo em que flexibiliza os contratos, eximindo-se da proteção trabalhista”. Consequentemente, tem-se um trabalho precarizado, sem direitos e sem estabilidade.

Por outro lado, Antunes e Praun (2015) alertam para o fato de que a flexibilização das relações de trabalho tem um impacto devastador sobre a saúde física e mental dos trabalhadores de serviços gerais, que enfrentam condições laborais precárias e falta de proteção trabalhista. Nesse sentido, o desmonte da legislação trabalhista e as diversas formas de contratação precária aumentam sua vulnerabilidade, tornando-os suscetíveis a abusos e a diferentes formas de exploração. Consequentemente, esses trabalhadores enfrentam baixos salários, falta de equipamentos de segurança, exposição a riscos físicos e psicológicos, bem como têm seus direitos trabalhistas desrespeitados, colocando-os em uma situação de insegurança e de vulnerabilidade socioeconômica.

Na perspectiva da PSC, que assume o compromisso ético-político de luta contra desigualdades, opressões e exclusões, e com a promoção de justiça e igualdade social, o processo formativo das/os futuras/os psicólogas/os, como defende Raquel Guzzo (2016), deve levar as/os estudantes ao questionamento sobre seu posicionamento diante dessas questões, devendo ser capazes de expressar de que lado estão nesta luta. Em outras palavras, é necessário que se posicionem a favor da manutenção dos privilégios e dominação daqueles que oprimem, ou assumam como suas as lutas das maiorias populares subalternizadas e excluídas dos processos de participação política e social.

Corroborando tal entendimento, Ana Aparecida Azevedo, Lurdes Oberg e Nilcimar Souza (2021, p. 41) postulam que “Um dos grandes desafios da Psicologia Comunitária... centra-se numa formação profissional que contemple um posicionamento ético-político e que resultam em sofrimentos psicossociais nas subjetividades das cidadãs e dos cidadãos”. Essa compreensão parte de uma perspectiva sócio-histórico-crítica que considera as pessoas dentro de um contexto dialético de produção de si, superando uma visão determinista e naturalizante das desigualdades sociais. Por essa razão, uma formação crítica e referenciada teoricamente nestes pressupostos precisa de ir além da análise dos problemas sociais, engajando-se em prol da mudança da realidade e na luta em defesa dos direitos humanos.

Tal compreensão encontra-se ancorada na Psicologia da Libertação de Martín-Baró, a partir da qual se questiona o caráter elitista que historicamente marcou a trajetória da psicologia, e se defende que o papel das/os psicólogas/os requer uma postura crítico-reflexiva acerca das desigualdades, injustiças e exclusão social das maiorias populares e, sobretudo, uma adesão à militância política que instigue a mobilização popular, comprometendo-se com a realização de uma práxis transformadora. Neste sentido, Ignacio Martín-Baró (conforme citado por Azevedo et al., 2021) destaca três aspectos relacionados a grandes desafios enfrentados pela/o psicóloga/o na América Latina, quais sejam:

1. A necessidade de repensar sua autoimagem como profissional, saindo da inércia de esquemas teóricos já estabelecidos e confrontando-os com os problemas de sua atuação;
2. A necessidade de assumir a perspectiva das maiorias populares, abandonando posicionamentos calcados apenas nos valores das classes dominantes;
3. O dever de criticar o sistema social, colocando o conhecimento psicológico a serviço da construção de uma sociedade onde o bem-estar de poucos não se estabeleça sobre a desumanização de muitos.

Diante desses apontamentos teórico-práticos de Martín-Baró, que chama a atenção para o fato de que a psicologia precisa se libertar de suas amarras ideológicas para ser efetivamente libertadora, considera-se de fundamental importância a existência da disciplina PSC, ou na nomenclatura Psicologia Comunitária, igualmente válida, nos currículos de cursos de graduação em Psicologia no Brasil, país de intensa e sofrida desigualdade social. Assim, esse componente curricular visa não somente a compreensão das/os estudantes acerca dos fundamentos, especialmente ético-políticos, e da práxis nessa área, mas, como atividade curricular teórico-prática, se propõe à elaboração de projetos de desenvolvimento e saúde comunitária. É nesse contexto que se situa a práxis comunitária ora discutida e que gerou reflexões sobre essa categoria profissional, terceirizadas/os dos serviços gerais de universidade pública federal, que costuma ser desvalorizada, invisibilizada e precarizada.

Em um estudo de caso realizado por Daiane de Lourdes Martins, Diego Luiz Boava, Fernanda Maria Macedo e Jussara Jéssica Pereira (2019) em uma instituição federal de ensino superior com mulheres que atuam em atividade de limpeza, convidadas a expressar suas opiniões a respeito da forma como eram reconhecidas por discentes, docentes e técnicas/os administrativas/os da universidade, constatou-se aquilo que aparece recorrentemente em trabalhos acadêmicos sobre o tema: uma relação de distanciamento entre as trabalhadoras e outros integrantes do seu círculo social de atuação profissional, decorrente de uma visão pejorativa e estigmatizada, o que inevitavelmente impacta em sua autoestima e senso de identidade profissional.

Esse desprestígio profissional é contraditório com o fato de que não há dúvida de que o trabalho que estas/es profissionais desenvolvem é de uma importância incomensurável para a sociedade, o que foi ainda mais evidenciado durante o período agudo da pandemia da Covid-19, como retrata Malu Longo (2020) em matéria publicada pelo jornal “*O Popular*”, em abril de 2020. Segundo a matéria, embora se reconheçam como pertencentes a uma categoria estigmatizada e que atua sob a invisibilidade pública, as/os trabalhadoras/es entrevistadas/os demonstram ter a percepção de quão relevante socialmente é o serviço que realizam, como expressado em falas como: “*As pessoas nos discriminam e nos desprezam, mas se não fosse (sic) nós, como ficaria a cidade?*” e “*Eu amo o que faço. Faço com amor. O médico é importante, mas sem higienização não tem jeito de fazer o trabalho dele, como cirurgia. Dou o melhor de mim*”. Essa percepção que essas/es trabalhadoras/es revelam possuir sobre a relevância do trabalho que desenvolvem, a despeito das atitudes depreciativas e excludentes que sofrem nas múltiplas relações sociais que estabelecem, inspira práxis, como a aqui relatada, e pesquisas para compreender esses processos de autocuidado, seja individual seja comunitário, e de constituição identitária.

Assim, considerando que PSC busca “a compreensão do modo de vida da comunidade e a realização de seus potenciais de desenvolvimento pessoal e social” (Góis, 2008, p. 82), objetivando promoção de consciência, empoderamento e autogestão no âmbito de comunidades das mais diversas configurações, entende-se que o trabalho aqui relatado foi um esforço válido no cuidado junto a um grupo que compõe a comunidade maior de auxiliares de serviços gerais da Universidade da UFMA, gerando o desejo de compartilhar a experiência nesta publicação.

## PERCURSO METODOLÓGICO DA PRÁXIS COMUNITÁRIA

Antes de abordar as especificidades do percurso metodológico da práxis realizada, considera-se importante caracterizar o público-alvo e aspectos institucionais de seu ambiente de atuação, que é a UFMA, campus de São Luís/MA, onde atua uma comunidade formada por vários trabalhadores e trabalhadoras da área de serviços gerais. Dentre esses, no primeiro semestre de 2023, sete exerciam suas atividades em uma unidade administrativa onde circula um grande contingente de pessoas diariamente, composto por docentes, discentes, técnicas/os administrativas/os, comunidade externa à Universidade e trabalhadoras/es terceirizadas/os, abrangendo as/os que realizam atividades na área de serviços gerais, público-alvo da práxis aqui relatada. As sete pessoas que ali exercem suas atividades (um homem e seis mulheres), cumprem uma jornada de oito horas diárias, com início às 7h e término às 17h, incluindo o intervalo de duas horas para almoço, período no qual são realizadas atividades de limpeza em salas, auditórios, banheiros e corredores situados na referida unidade administrativa.

Quanto à metodologia adotada na produção de conhecimento, aqui relatada, a partir de uma experiência de práxis profissional supervisionada, em contexto de graduação em psicologia, especificamente, cabe informar que a pesquisa qualitativa guiou a nossa compreensão do que foi escutado e observado. Na concepção de Maria Cecília Minayo (2011, p. 21), a pesquisa qualitativa “trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”, estando diretamente relacionada ao espaço das relações, das representações, da intencionalidade, da subjetividade. Dentro desse âmbito está a observação-participante, técnica de investigação pela qual se fez opção neste trabalho, a qual pressupõe a interação pesquisador/a e pesquisada/o e “implica saber ouvir, escutar, ver, fazer uso de todos os sentidos. É preciso aprender quando perguntar e quando não perguntar, assim como que perguntas fazer na hora certa” (William Whyte, citado por Lícia Valladares, 2007, p. 154).

Em conformidade com esse referencial de produção de conhecimento, e em consonância com as premissas de atuação profissional na PSC, as ações realizadas primaram pelo cuidado em se estabelecer com a comunidade em questão uma relação de horizontalidade, evitando-se a manifestações de presunção de saber que pudessem enviesar o trabalho almejado com julgamentos, interpretações apressadas ou qualquer forma de coação a livre expressão das participantes<sup>1</sup>. A necessidade desse cuidado é corroborada por Verônica Ximenes, Bárbara Nepomuceno e Elívia Cidade (2016, p.180), quando destacam a expectativa que recai sobre a/o profissional/pesquisador/a de que esta/e esteja disposta/o “a despir-se de pré-julgamentos para conceber a realidade do morador da comunidade a partir de sua narrativa, do seu olhar”. Neste sentido, tal postura compreende uma ética de respeito à história de cada pessoa e da comunidade que formam, bem como aos saberes que possuem e à sua compreensão acerca da realidade imediata com a qual lidam cotidianamente.

A partir dessa compreensão teórico-metodológica, a Roda de Conversa comparece como uma interessante possibilidade dentre as várias técnicas de facilitação de grupos (círculo de cultura, sarau literário, história de vida, arte-terapia, teatro de rua etc.), citadas por Góis (2008, pp. 189-190), possibilitando o trabalho de temas diversos da realidade e a construção coletiva do conhecimento, desenvolvendo humano e mudança social. No caso das participantes da práxis ora relatada, pelo fato de constituir um grupo pequeno de pessoas, a Roda de Conversa se mostrou ainda mais adequada à consecução dos objetivos definidos. Desta forma, no dia 13 de junho de 2023, das 10h40 às 12h, em uma das copas da unidade administrativa na qual as trabalhadoras de serviços gerais exercem suas atividades, foi realizada uma roda de conversa com elas. O tempo de duração da roda, de uma hora e vinte minutos, foi a única possibilidade de encontro, considerando a carga de trabalho do grupo de participantes. Cabe ressaltar que esse tempo se mostrou suficiente para o estabelecimento de um espaço dialógico acolhedor em que elas se sentiram à vontade para compartilhar muito de sua vivência profissional naquele espaço universitário.

---

1 No decorrer do texto, o grupo das participantes será referido sempre no feminino (elas) em respeito ao fato de serem seis mulheres e somente um homem.

Antes do início da Roda de Conversa, as participantes receberam instruções a respeito da necessidade de assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), entregue a cada uma a fim de que ficassem cientes do que se tratava (atividade didático-avaliativa de uma disciplina de curso de graduação da universidade) e do que seria realizado. Assim, os esclarecimentos e orientações dados nesse primeiro momento foram fundamentais para que as convidadas pudessem decidir livremente aceitar, ou não, participar da práxis comunitária intencionada, tendo, inclusive, liberdade para desistirem de participar a qualquer momento, caso o desejassem (apenas uma pessoa das sete assinou o documento e não permaneceu no local do encontro).

Como técnica de *rapport* foi proposta uma apresentação por meio da qual cada participante ficou encarregada de apresentar a colega do seu lado, citando qualidades que identificavam nela, a qual foi realizada de maneira bastante leve e descontraída, apesar de algumas (muito breves) resistências iniciais. Com isto buscou-se propiciar um ambiente de acolhimento, descontração e de conseqüente abertura à fala das pessoas envolvidas nos momentos seguintes, quando se passou a fazer as perguntas disparadoras da Roda de Conversa, que versavam sobre:

1. Relação que a participante mantinha com discentes, docentes e técnicas/os administrativas/os, e com o público externo que usa os espaços da unidade administrativa supramencionada, bem como quais os desafios percebidos para lidar com esses diferentes públicos.
2. Motivos de prazer e de desprazer em relação ao trabalho que as participantes desenvolviam.
3. Iniciativas que deveriam ser tomadas pela empresa contratante (e/ou pela gestão da Universidade UFMA) que, na visão das participantes, facilitariam o seu trabalho diário e o tornariam mais satisfatório.

## REFLEXÕES SOBRE A RODA DE CONVERSA

A partir do conteúdo dos depoimentos dados durante a Roda de Conversa, algumas reflexões foram possíveis, considerando sua relação notória com muitos pontos da fundamentação teórica discutida no presente trabalho. Neste sentido, uma primeira articulação está relacionada à questão do reconhecimento do valor do trabalho e da dignidade de profissionais de serviços gerais, as/os quais, segundo Maciel (2013), além de costumeiramente enfrentarem condições precárias de trabalho, têm que lidar com a falta de reconhecimento pelos seus esforços cotidianos, o que acaba comprometendo a sua autoestima e gerando várias formas de sofrimento psicológico. Isso pode ser muito bem ilustrado pelos dois depoimentos seguintes, cujas depoentes foram nomeadas com pseudônimos a fim de preservar suas identidades:

*É raro demais as pessoas te elogiarem pelo teu trabalho. Tu faz o teu trabalho direitinho a vida toda, mas no dia que tu não faz, tu é descartável. (Marinalva)*

*Mas só que esse esforço do serviço da gente para algumas pessoas não interessa nada. Enfim, interessa pra gente, porque a gente que tá precisando, exercendo a função. Acho que era pra gente ser um pouco mais considerado. Só que em vez da gente ser considerado, a gente é desmoralizado. (Antônio)*

Falas como essas evidenciam o duplo desafio que essas/es trabalhadoras/es enfrentam cotidianamente, ao terem que realizar uma atividade exaustiva, mal remunerada e em condições precárias, tendo que lidar com os impactos psicológicos resultantes de tratamentos hostis, desrespeitosos e, muitas vezes,

abusivos, oriundos tanto da parte de suas chefias imediatas como de alguns segmentos do público que frequenta e utiliza, diária ou esporadicamente, os espaços pertencentes ao seu local de trabalho. Para ilustrar essa situação, destaca-se os relatos de três depoentes acerca de falas de técnicas/os administrativas/os e docentes que: “*tratam a gente como inferiores*” (Marinalva), “*Se pudessem passavam por cima da gente*” (Antônio), “*acham que a gente é ralé*” (Sílvia). Nesses relatos, percebe-se fenômenos psicossociais como a invisibilidade, discriminação e o desmerecimento dessas profissionais, temas que têm sido problematizados com certa frequência no universo acadêmico, como já apontado nos estudos de Martins et al. (2019) e de Cardoso, Silva e Zimath (2017).

Há que se fazer aqui um recorte racial, levando-se em conta que, das seis participantes da Roda de Conversa, cinco são pessoas negras, o que oportuniza uma breve reflexão sobre o racismo como um problema estrutural da sociedade brasileira. Isso porque, em um dado momento da Roda de Conversa, uma pessoa (negra) contou, em tom de indignação, que elas são submetidas a um trabalho penoso e humilhante de ter que ir buscar diariamente o material de limpeza nas proximidades da concha acústica da Universidade UFMA, a qual fica a uma distância muito grande do seu local de trabalho para ir a pé e, ainda por cima, empurrando um carro de mão muito pesado. Sobre essa situação, a pessoa ainda comentou: “*se vocês (estudantes) forem lá fora no outro corredor, vão ver dois carros estacionados esperando os ‘burros de carga’ ir empurrar*” (Antônio), ao que uma colega sua complementou “*Isso é trabalho escravo*” (Joana).

A situação degradante supramencionada coaduna com a discussão de Adriana Sampaio (2012), que destaca o caráter falacioso do Brasil como uma democracia racial. A autora enfatiza a dificuldade de se enfrentar o problema do racismo estrutural, que é negado, invisibilizado e que produz aquilo que ela denomina de “*trança perversa*” de vulnerabilidades, alicerçada na estrutura ideológica, política e econômica da sociedade, sendo caracterizada por: inserção desqualificada e desvalorizada na sociedade; exposição do indivíduo negro a um meio ambiente adverso e racista, bem como tensões excessivas e cumulativas, causadas pela vivência em espaço social racista e não elaboradas, as quais resultam em adoecimentos psicossomáticos.

Por outro lado, duas participantes destacaram que há servidoras/es públicas/os que os apoiam e os defendem diante de situações abusivas, como em um episódio em que afirmam terem se sentido muito constrangidas e ofendidas em função das atitudes de um servidor que as incomodava no horário de descanso na copa, onde elas anteriormente ficavam, o qual chegou a desdenhar do direito delas de usarem aquele espaço. No entanto, essas trabalhadoras relataram que puderam contar com a ajuda de uma outra servidora que exercia um cargo de gestão em um dos setores que funcionam no prédio, a qual as defendeu diante do assédio moral sofrido e as incentivou a atitudes de empoderamento perante situações opressoras como aquela.

Ainda que possam contar com apoios e incentivos de algumas/uns servidoras/es como na situação supra relatada, as trabalhadoras, em muitos momentos da Roda de Conversa, enfatizaram a falta desse apoio e de proteção que predomina nas suas relações de trabalho cotidianas. Essa situação, segundo elas, gera desânimo e até mesmo desejo de pedir demissão, o que não fazem porque reconhecem que essa é a forma de que dispõem atualmente para conseguirem o sustento de suas famílias. Falas como as seguintes corroboram essa compreensão:

*Então a gente se sente desamparado em certas situações que acontecem aqui. A gente não tem apoio da empresa (da Universidade UFMA mesmo, né?). Quem poderia dá apoio: os gerentes da empresa, não dão, porque não querem desagradar a Universidade, pois também precisam dela para trabalhar aqui. (Marinalva)*

*A gente já passou por cada situação, que se a gente for falar, a gente vai passar o dia todinho aqui. Mas, enfim, a gente precisa, nós precisamos do nosso serviço. Eu te digo mesmo: se eu tivesse outro meio, não estaria mais aqui não. (Márcia)*

Outro momento da Roda de Conversa muito marcante, e que possibilita algumas interlocuções com o referencial teórico apresentado, envolve depoimentos em que as participantes falam do sentimento de impotência diante das desigualdades que vivenciam, dos assédios sofridos e das precariedades do seu trabalho, como explicitado em falas como:

*O nosso direito, se a gente não correr atrás, a gente fica lá no finalzinho. Talvez é porque a gente é uma formiguinha, a menorzinha, aquela que anda se arrastando, né? (Márcia)*

*Porque aqui, a gente é lá embaixo. Das empresas daqui, a gente é a menor de todas. Tem um feriado, um ponto facultativo, os outros são liberados e nós não. Se pudesse, até dia de domingo a gente estaria aqui. É muita desigualdade. (Pedro)*

Importante ressaltar que, embora boa parte dos relatos tenha destacado essas desigualdades e injustiças, bem como o sentimento de impotência correspondente, em alguns momentos pôde-se vislumbrar disposições das trabalhadoras para lutar por seus direitos e em prol da melhoria de suas condições de trabalho, tão degradantes. Isso aponta para algum nível de conscientização e de um saber crítico sobre si próprios e sobre sua realidade, condição que Martín-Baró (1997) toma como imprescindível para que ocorram transformações sociais. Dentro dessa compreensão, é importante destacar falas das participantes que indicam esse movimento de apropriação da própria realidade e de conscientização, como é o caso das seguintes:

*A gente entende que é importante aqui, porque se a gente passar um dia sem vir, aqui não funciona, em questão da limpeza e de outras coisas. Como a dona R. (servidora) falou outro dia, um médico, se não tiver o centro cirúrgico limpo, não pode fazer o trabalho dele. E assim também é com a gente. (Pedro)*

*A gente é importante, mas eles (gestores da empresa) não dão importância. Mas se a gente for reclamar de alguma coisa, a primeira coisa que eles vão fazer é ameaçar 'botar pra rua.' (Alzira)*

Além disso, as trabalhadoras mencionaram durante a Roda de Conversa a paralisação dos terceirizados do restaurante universitário, realizada na mesma semana da nossa práxis com elas, como exemplo de mobilização e de força coletiva em prol da busca por direitos, respeito e melhores condições de trabalho, momento em que uma participante pontuou:

*Quem tem coragem, tem que fazer é assim. Besta somos nós que demos cinco anos de insalubridade de graça para a Sol (empresa de serviços gerais). Isso que deveria acontecer também aqui, pois somos um grupo de mais de 10, a gente deveria se reunir. (Joana)*

Embora as trabalhadoras tenham demonstrado, em diversos momentos, sentir-se desprotegidas e desanimadas com as dificuldades relatadas, elas também denotaram ter a compreensão de que juntas podem conseguir forças para enfrentá-las, ainda que não saibam muito bem por onde começar.

É oportuno também trazer para a reflexão o fato de as participantes demonstrarem ter expectativas de que a práxis ora relatada tivesse como objetivo a realização de intervenções em defesa das demandas por elas apresentadas. Inclusive, em dado momento, uma delas disse que se a gente (estudantes) ou servidores fizessemos reivindicações pelos seus direitos, seria mais fácil, porque não poderíamos ser demitidas/os nem ameaçadas/os. A partir dessa fala e de outras, ficou evidente que as trabalhadoras viram na escuta oferecida uma oportunidade de pedir socorro, pois se sentem incapazes de enfrentar

sozinhas os desafios apresentados, sem que sofram retaliações, ou mesmo, percam seus empregos, que embora insatisfatórios em muitos aspectos, é a única fonte de sustento de que dispõe para suas famílias.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Como já sinalizado, os depoimentos das trabalhadoras participantes da Roda de Conversa corroboraram as constatações trazidas na fundamentação teórica do presente texto, na medida em que evidenciaram situações de invisibilidade, discriminação, falta de reconhecimento profissional e um consequente sofrimento psíquico. Essa realidade afeta sobremaneira a autoestima dessas trabalhadoras, afrontando a sua dignidade de trabalhadoras e, sobretudo, de seres humanos, uma vez que são recorrentemente silenciadas e invalidadas em função das diversas formas de opressão e exploração sofridas. Tal contexto desfavorável evidenciou o quanto se fazem necessárias ações institucionais com vistas à saúde psicológica dessa categoria profissional atuante em um contexto que se propõe a produzir conhecimento, inclusive, acerca das mazelas da classe trabalhadora, como é o da universidade pública brasileira.

Houve um sentimento de impotência diante de tais depoimentos, considerando que a única intervenção possível foi o oferecimento de um espaço de acolhimento e de escuta para essas profissionais, e que não foi dada continuidade e nem devolutiva por essa ação não constituir uma pesquisa. Apesar disso, ficou uma sensação de termos contribuído para a chamada de atenção de que há algo de contraditório no contexto universitário, que tem sido conivente com a exploração da classe trabalhadora, alvo muitas vezes de suas pesquisas acadêmicas. Além desse incômodo social no meio acadêmico, que, esperamos, a nossa práxis possa provocar, fica ainda evidenciada a necessidade de realização de pesquisas mais abrangentes na área da PSC, cujo foco seja também o de intervir tanto nessa realidade específica, trabalhadoras/es terceirizadas/os no serviço público, como em outras similares.

Concluindo, afirmamos ser fundamental que possíveis propostas de intervenção em desenvolvimento comunitário estejam em consonância com os pressupostos da Psicologia da Libertação de Martín-Baró, partindo de uma postura crítico-reflexiva acerca das desigualdades, injustiças e exclusão social das maiorias populares. A partir dessa postura, acredita-se, é possível fomentar uma adesão à militância política que instigue a mobilização popular, com o compromisso ético-político de se promover não somente reflexões teóricas sobre os problemas da realidade, mas sobretudo a sua transformação.

## REFERÊNCIAS

- Antunes, R. L. C. & Alves, G.** (2004). As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. *Educação e Sociedade*, Campinas, 25(87), 335-351. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302004000200003>
- Antunes, R. L. C. & Praun, L.** (2015). A sociedade dos adoecimentos no trabalho. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, 123, 407-427. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.030>
- Azevedo, A. A. S., Oberg, L. P., & Souza, N. S.** (2021). Experiências em psicologia comunitária: caminhos para a formação de psicólogos comprometidos com os direitos humanos. In R. Rocha, D. Toloy, & W. Sampaio (Orgs.), *Psicologia, sociedade e desigualdade social: boas práticas na Formação em Psicologia – Experiências em Direitos Humanos* (pp. 41-58). Diálogos.
- Cardoso, P. S., Silva, T., & Zimath, S. C.** (2017). Todo mundo olha, quase ninguém vê: a percepção de trabalhadores operacionais com relação à invisibilidade social de seus trabalhos. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, São Carlos/SP, 25(4), 701-711. <https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoAO0846>
- Góis, C. W. L.** (2008). *Saúde Comunitária: pensar e fazer*. Aderaldo & Rothschild.
- Guzzo, R. S. L.** (2016). A quem a Psicologia serve? Sobre a importância da Psicologia Comunitária. In V. M. Ximenes, J. C. Sarriera, Z. A. C. Bonfim, & J. Alfaro-Iglesias (Eds.), *Psicologia Comunitária no mundo atual: desafios, limites e fazeres* (pp. 139-152). Expressão Gráfica e Editora.
- Longo, M.** (2020). Profissional invisível mostra força e valor na pandemia. *O Popular (online)*. <https://opopular.com.br/cidades/profissional-invisivel-mostra-forca-e-valor-na-pandemia-1.2045211>
- Maciel, F.** (2013). Trabalho socialmente desqualificado: auxiliares de serviços gerais em Campos dos Goytacazes/RJ. *Revista Urutágua*, Campos dos Goytacazes/RJ, 29, 158-167. <https://doi.org/10.4025/revurut.vi29.21202>
- Martín-Baró, I.** (1997). O papel do Psicólogo. *Estudos de Psicologia*, 2(1), 7-27. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=26120102>
- Martins, D. L., Boava, D. L. T., Macedo, F. M. F., & Pereira, J. J.** (2019). Invisibilidades no âmbito do trabalho de limpeza: um estudo em uma instituição federal de ensino superior. Belo Horizonte: Farol - *Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, 6(17), 994-1034. <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/farol/article/view/4131>
- Minayo, M. C. S.** (2011). O desafio da pesquisa social. In *Pesquisa social: teoria, método e criatividade* (pp. 9-27). Vozes.
- Sampaio, A. S.** (2012). Ecos do silêncio: algumas reflexões sobre uma vivência de racismo. In J. Werneck, L. Batista, & F. Lopes, (Orgs.), *Saúde da população negra* (pp. 245-254). ABPN.
- Valladares, L.** (2007). Os dez mandamentos da observação participante. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 22(63), 153-155. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092007000100012>
- Ximenes, V. M., Nepomuceno, B. B., & Cidade, E. C.** (2016). Pobreza: um problema para a psicologia comunitária? In V. M. Ximenes, J. C. Sarriera, Z. A. C. Bonfim, & J. Alfaro-Iglesias (Orgs.), *Psicologia Comunitária no mundo atual: Desafios, limites e fazeres* (pp. 175- 196). Expressão Gráfica e editora.

<b>Histórico</b>	<i>Submissão: 13/05/2024 Revisão: 21/11/2024 Aceite: 21/11/2024</i>
<b>Editor científico</b>	<i>Dr. Antonio Euzébios Filho</i>
<b>Contribuição dos autores</b>	<i>Conceitualização: FCTO; CRO; CASM Curadoria de dados: FCTO; CRO Análise formal: FCTO; CRO Investigação: FCTO; CRO Metodologia: FCTO; CRO; CASM Escrita original: Escrita - revisão e edição: FCTO; CRO; CASM</i>
<b>Financiamento</b>	<i>Não houve financiamento.</i>
<b>Consentimento de uso de imagem</b>	<i>Não se aplica</i>
<b>Aprovação, ética e consentimento</b>	<i>Não se aplica.</i>